

Referência: 03 de setembro de 2020¹

NOTA TÉCNICA

OBJETO: Considerações sobre a metodologia utilizada para a proposição de metas para os indicadores-chave listados na Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil relativa ao período de 2020-2031 – EFD 2020-2031 – EIXO SOCIAL

I. CONTEXTUALIZAÇÃO

A EFD 2020-2031 tem como objetivo definir uma visão de longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Para isso, além de contar com uma diretriz geral voltada para elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais, a estratégia foi organizada em cinco eixos - econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social. Para cada um dos eixos foram selecionados índices-chave usados como indicadores para medir a ocorrência de mudanças estruturais em diferentes aspectos socioeconômicos da trajetória esperada para o país nos próximos anos.

O documento com os estudos preparatórios que se transformariam na EFD 2020-2031 – então sob o título “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social” – foi apresentado em 2018 pelo antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), hoje parte do Ministério da Economia (ME). E, em abril de 2019, foi demandado ao IPEA pela SEGES, secretaria responsável pelo tema após a reestruturação ministerial, uma proposta de metas relacionadas a cada um dos índices-chave para subsidiar a discussão intragovernamental e a validação com os ministérios setoriais vinculados aos temas constantes na EFD 2020-2031.

A partir de maio de 2019, foram realizadas reuniões internas ao Instituto, sob a coordenação da DIMAC e DIEST, com as demais diretorias para discussão e apresentação das metas. O processo de reflexão sobre as metas culminou originalmente em dezembro de 2019, mas foi reaberto para ajustes indispensáveis, em decorrência da pandemia do novo coronavírus. A presente nota tem como objetivo apresentar as metas propostas para cada índice e a metodologia adotada para subsidiar as projeções nos dois cenários adotados como parâmetro para o período até 2031: *cenário de referência* e *cenário transformador*.

A próxima seção é dedicada a apresentar as metas propostas para os índices-chave que constituem a EFD e a metodologia adotada para as projeções até 2031. Para isso, algumas premissas foram consideradas e merecem ser explicitadas antes de passarmos ao detalhamento das metas. Em primeiro lugar, as metas foram propostas considerando a existência de compromissos do país com organismos multilaterais, planos setoriais e políticas nacionais

¹ Versão atualizada a pedido da Seges/SEDGG/ME para contemplar demandas feitas pelo Ministério da Educação.

vigentes sobre cada um dos temas garantindo a convergência entre a perspectiva de médio e longo prazo da EFD e outros instrumentos de planejamento setorial.

Em segundo lugar, as projeções não incluem possíveis variações de metodologia ou parâmetros que porventura venham a ser adotadas pelas diferentes instituições tomadas como referência para os indicadores contidos neste documento. E, por último, vale ressaltar a impossibilidade de agregar às projeções eventuais mudanças de posicionamento dos outros países que possam afetar a posição do Brasil naqueles índices que também podem ser apresentados sob a forma de ranking. Em função dessa limitação, a opção assumida neste texto foi indicar o índice (em valores absolutos) a ser alcançado pelo país e não a posição em relação aos demais países dada sua alta variabilidade.

II. METAS PROPOSTAS E METODOLOGIA ADOTADA PARA AS PROJEÇÕES

i. Diretriz principal

Para garantir a convergência com a diretriz principal da EFD de “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira, com redução das desigualdades sociais e regionais” (MPDG, 2018, p. 12), o IDH foi escolhido como balizador do nível de desenvolvimento humano desejado para o país em 2031. A implementação da estratégia demandará um avanço gradual e consistente nas áreas social, econômica e ambiental, que possibilite o crescimento sustentável da qualidade de vida e da renda da população. Almeja-se aumentar a renda per capita, a expectativa de vida e a escolaridade da população situando o Brasil entre os países com desenvolvimento humano muito alto.

i.i. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Índice-chave	Valor	Unidade	Ano	Fonte	Cenário de referência	Cenário transformador
IDH ²	0,761	Índice	2018	PNUD	0,808	0,842

O IDH é amplamente utilizado como medida sintética indicativa do grau de desenvolvimento humano de um país ou território. O IDH abrange três dimensões: saúde (expectativa de vida); educação (média de anos de estudo e escolaridade); e renda (Renda Nacional Bruta *per capita* em ppp). Apesar de adotar uma perspectiva multidimensional sobre o bem-estar, o IDH não engloba outros aspectos também considerados essenciais para o desenvolvimento humano como, por exemplo, democracia, participação, equidade e sustentabilidade³. Isso não impede que o IDH seja utilizado como parâmetro de desenvolvimento, em especial devido à possibilidade de comparação internacional com mais de 196 países e territórios do mundo.

O IDH global do Brasil tem avançado pouco desde 2010. Entre 2013 e 2018, o IDH brasileiro variou de 0,752 a 0,761. A meta de mudança de patamar de desenvolvimento humano, de alto para muito alto, implica que o país alcance um índice mínimo de 0,800. Para estimar o IDH nos dois cenários utilizados, foram consideradas as seguintes premissas, alinhadas com as demais metas propostas para os índices-chave:

² United Nations Development Programme (UNDP). Human Development Report 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>.

³ Para mais sobre a definição de IDH, ver: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>

1. Meta de PIB per capita: crescimento de 1,4% (cenário de referência) e 2,7% (transformador) conforme cenário proposto.
2. Expectativa de vida = 78,8 anos em ambos os cenários
3. Índices de educação: As metas para a educação tanto no cenário de referência quanto no transformador sugerem forte aumento nos índices-chave, que têm relação direta com “Anos esperados de escolaridade” e “Escolaridade média”. Um exemplo disso é o índice “Porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental” cujo valor iria dos atuais 74,6% para 92,5% e 95,4%. De maneira geral, os cenários de referência e transformador guardam pouca diferença entre si. Portanto, foi aplicado um percentual aproximado de 10% (cenário de referência) e 15% (cenário transformador) em cada uma das variáveis.

No cenário transformador, o Brasil ocuparia a posição 44 (IDH 0,84), considerando que os demais países permanecem onde estão. E no cenário de referência, a posição brasileira seria próxima de 57 (IDH 0,81).

ii. Eixo social

ii.i. Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB⁴

Índice-chave	Valor	Unidade	Ano	Fonte	Cenário de referência	Cenário transformador
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	5,8	Índice	2017	Inep/MEC	7,2	7,9
Ideb (Anos Finais do Ensino Fundamental)	4,7	Índice	2017	Inep/MEC	6,3	6,9
Ideb (Ensino Médio)	3,8	Índice	2017	Inep/MEC	5,2	superar

Em 2007, o governo federal lançou o “Compromisso Todos pela Educação”, no qual instituiu o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica –, com resultados divulgados por escola, município, estado e média nacional. O Compromisso então assumido era de que o aprendizado das crianças brasileiras, em 2022, deveria ser igual à média do PISA nos países da OCDE, naquele ano de 2007 – equivalente a um IDEB igual a seis (6,0). O Ideb é a principal ferramenta de acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica que reúne, em um só indicador, os resultados de duas dimensões estratégicas para medir a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

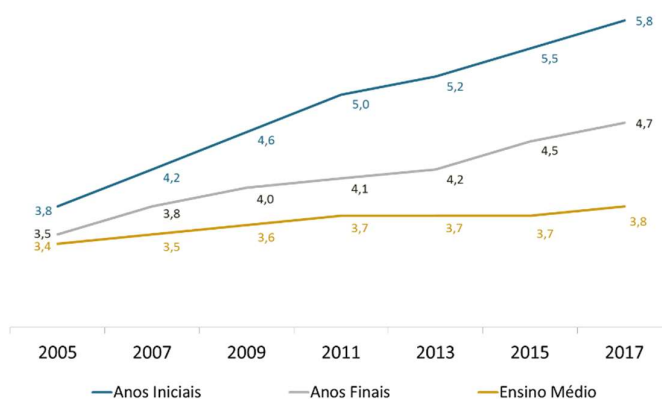
O cálculo do IDEB é realizado então a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep: o Saeb (para as unidades da federação e para o país) e a Prova Brasil (para os municípios). O Ideb agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados

⁴ Dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC). Disponíveis em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2996356>>.

sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O Inep estabeleceu as trajetórias dos IDEBs entre 2005 (primeiro ano para o qual foi calculado) e suas metas finais. Acompanhando a mesma coorte de estudantes, os IDEBs seriam: seis nos anos iniciais do fundamental, em 2021; seis nos anos finais, em 2025; e seis no ensino médio, em 2028. Esses valores foram adotados pelo PNE, como metas intermediárias, entre 2015 e 2021.

Gráfico 01. IDEBs observados, 2005 a 2017



Fonte: Elaboração Disoc/IPEA, 2019

O Brasil como um todo tem superado as metas preconizadas para os anos iniciais do fundamental. Já nos anos finais daquele nível, apresenta-se uma realidade menos alentadora. Nossa sociedade ainda não conseguiu assegurar resultados compatíveis com as metas do PNE. Mas é no ensino médio que o quadro aparece mais alarmante.

As redes públicas municipais tiveram um desempenho muito positivo em dez anos, principalmente nos anos iniciais. Em 2007, apenas 1% delas conseguia IDEB 6. Em 2017 – 10 anos depois – 42% já entregavam uma educação no padrão OCDE, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 01. Redes públicas nos municípios, 2007 e 2017

Anos Iniciais	2007		2017	
IDEB >= 6	53	(1%)	2.298	(42%)
5<=IDEB< 6	777	(14%)	1.583	(29%)
IDEB < 5	4.653	(85%)	1.595	(29%)
Todos	5.483	(100%)	5.476	(100%)

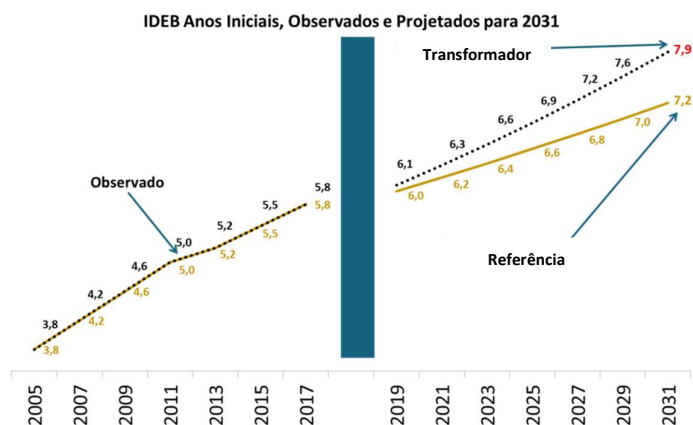
Anos Finais	2007		2017	
IDEB >= 5,5	7	(0%)	423	(8%)
4,5<=IDEB< 5,5	534	(10%)	2.264	(41%)
IDEB < 4,5	4.984	(90%)	2.775	(51%)
Todos	5.525	(100%)	5.462	(100%)

Ensino Médio	2017 Estados		2017 Municípios	
IDEB >= 5,2	0	(0%)	30	(0,6%)
4,2<=IDEB< 5,2	1	(4%)	987	(18,7%)
IDEB < 4,2	26	(96%)	4.261	(80,7%)
Todos	27	(100%)	5.278	(100,0%)

Fonte: Elaboração Disoc/IPEA, 2019

No cenário de referência, a média brasileira chegaria à média dos 10% dos municípios mais bem colocados no IDEB, em 2017. E no cenário transformador, igualaria a média dos municípios no primeiro percentil (1%). Essa mesma lógica foi utilizada para estimar as metas dos anos finais, conforme pode ser observado nos gráficos abaixo. Para o ensino Médio, como os resultados estão menos animadores, resolveu-se pegar as projeções do PNE para um cenário conservador e para o cenário transformador vamos superá-la.

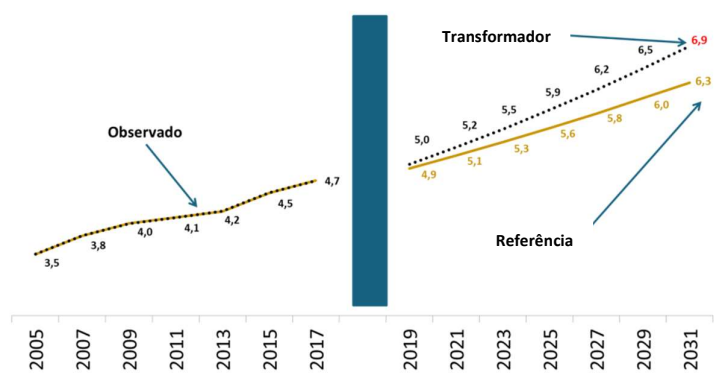
Gráfico 02. IDEB Anos Iniciais, observados e projetados para 2031



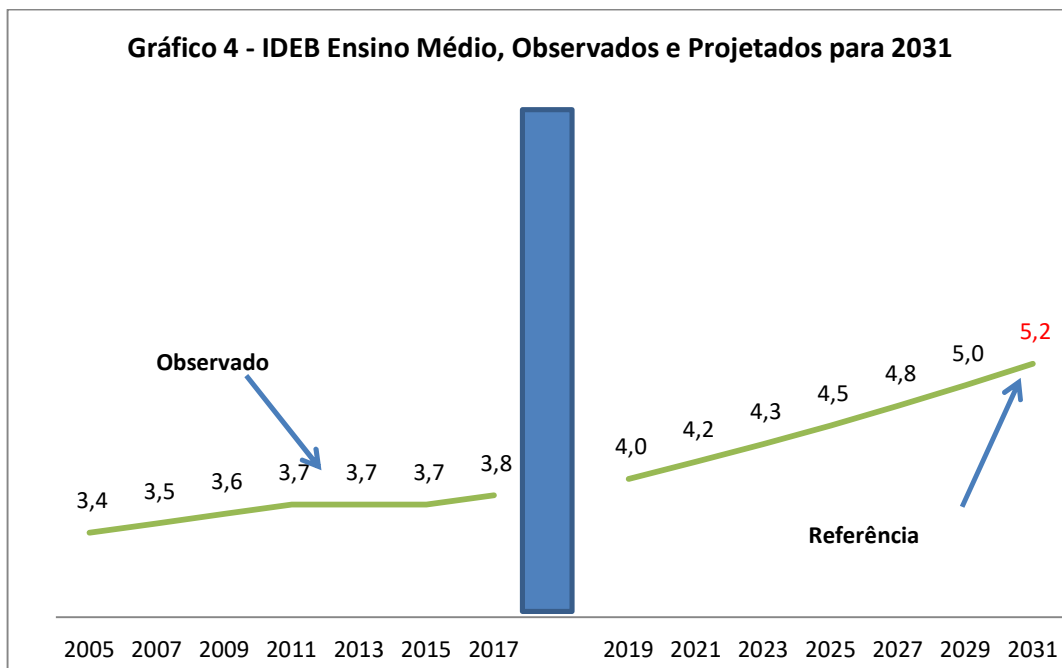
Fonte: Elaboração Disoc/IPEA, 2019

Gráfico 03. IDEB Anos Finais, observados e projetados para 2031

IDEB Anos Finais, Observados e Projetados para 2031



Fonte: Elaboração Disoc/IPEA, 2019



Fonte: Elaboração Disoc/IPEA, 2019

ii.ii. Conclusão do Fundamental com 16 anos em 2031

Índice-chave	Valor	Unidade	Ano	Fonte	Cenário de referência	Cenário transformador
Porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental ⁵	74,6	%	2017	PNADC/IBGE	95,4	superar

O percentual de adolescentes de 16 anos que conclui o ensino fundamental é função do acesso e da aprovação. Se todos acessam a escola com 6 anos e todos são aprovados nos anos iniciais e nos finais, então todos os adolescentes de 16 anos concluem o ensino fundamental. O índice é calculado a partir dos microdados trimestrais da PNADC adotando os seguintes procedimentos:

- Ponderação da amostra pela variável V1028 – peso do domicílio e das pessoas;
- Filtro da população de 16 anos ou mais: V2009 (idade do morador na data de referência) = 16;
- Recodificação da variável derivada VD3001 (Nível de instrução mais elevado alcançado) de/para:
 - Sem instrução e menos de 1 ano de estudo = 0 - EF incompleto;
 - Fundamental incompleto ou equivalente = 0 - EF incompleto;
 - Fundamental completo ou equivalente = 1 - EF completo;
 - Médio incompleto ou equivalente = 1 - EF completo;

⁵ Dados disponíveis nos resultados da PNAD Contínua/IBGE: https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm. O cálculo também pode ser obtido por meio dos dados da PNAD, com série histórica maior, no entanto, ela foi encerrada em 2015. A série da PNAD Contínua foi iniciada em 2012.

- Médio completo ou equivalente = 1 - EF completo;
- Superior incompleto ou equivalente = 1 - EF completo;
- Superior completo = 1 - EF completo; e

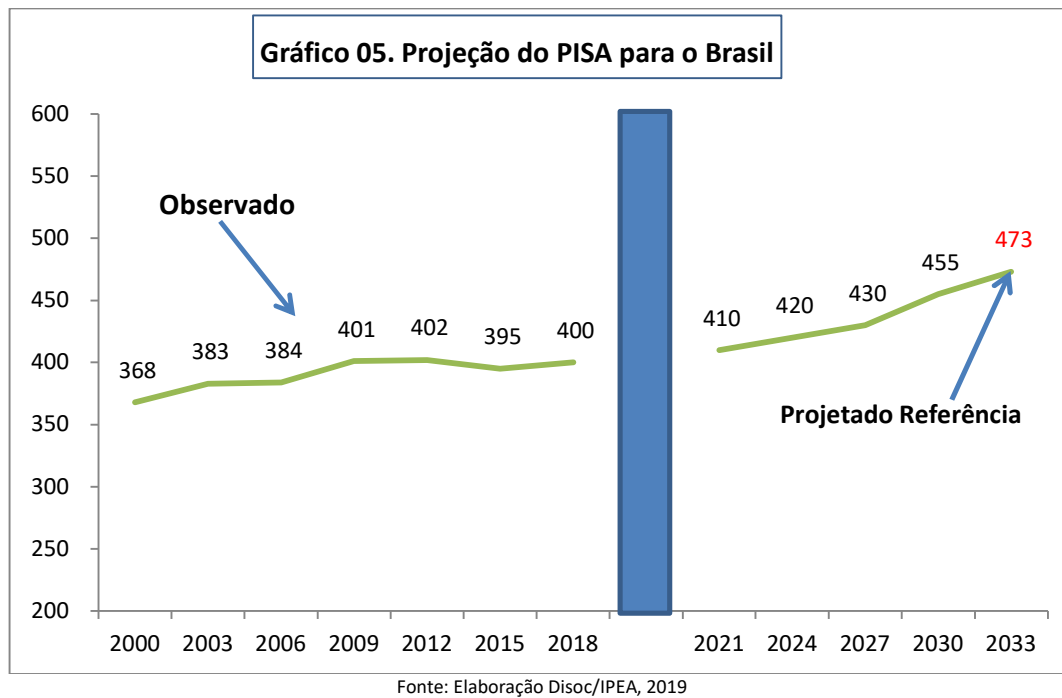
Em 2017 a taxa de acesso dos jovens ao ensino fundamental era de 99,4%, tendendo à universalização. O IDEB é composto pela taxa de aprovação e a nota padronizada em matemática e português. Para calcular as projeções foram consideradas as taxas médias de aprovação para municípios com 1% com melhores IDEB em 2017, para os cenários de referência, conforme a fórmula: $\% 16 \text{ anos conclui} = \text{Acesso PNAD 2017} \times \text{Aprovação AI} \times \text{Aprovação AF}$. O cenário transformador seria a superação desta taxa.

ii.iii. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA⁶)

Índice-chave	Valor	Unidade	Ano	Fonte	Cenário de referência	Cenário transformador
PISA	400	Média nacional	2018	OCDE/INEP	473	superação

O Pisa é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade de referência para o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O objetivo do Pisa é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico.

A partir das médias do PISA do Brasil nos últimos anos, a projeção para o cenário de referência considera a que foi feita pelo PNE, 473 já para 2021. O cenário transformador então, é a superação deste valor.



⁶ Sigla para *Programme for International Student Assessment*.

ii.iv. Taxa de Mortalidade na Infância (até 5 anos)

Índice-chave	Valor	Unidade	Ano	Fonte	Cenário de referência	Cenário transformador
Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos) ⁷	14,9 (15)	Óbitos por mil nascidos vivos	2016 (2017)	MS (IBGE)	10,4	8,3

A taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos) identifica a proporção de óbitos de menores de 5 anos, dentre cada mil nascidos vivos, em determinado limite geográfico. A taxa de mortalidade na infância é fortemente influenciada pela composição da mortalidade no primeiro ano de vida (mortalidade infantil), que está concentrada no período neonatal (0 a 27 dias de vida).

O índice é obtido a partir do cálculo das seguintes variáveis disponibilizadas pelo Datasus:

- Número de óbitos de crianças de 0 a 4 anos de idade⁸: selecionar os anos disponíveis, marcar “ano do óbito” na coluna e selecionar faixa etária: menor 1 ano, 1 a 4 anos; e gerar tabela.
- Número de nascidos vivos⁹: selecionar os anos disponíveis, marcar “ano do nascimento” na coluna; e gerar tabela;
- Aplicar a fórmula (n° de óbitos de menores de cinco anos de idade/ n° de nascidos vivos de mães residentes * 1000) para cada ano e unidade territorial correspondente.

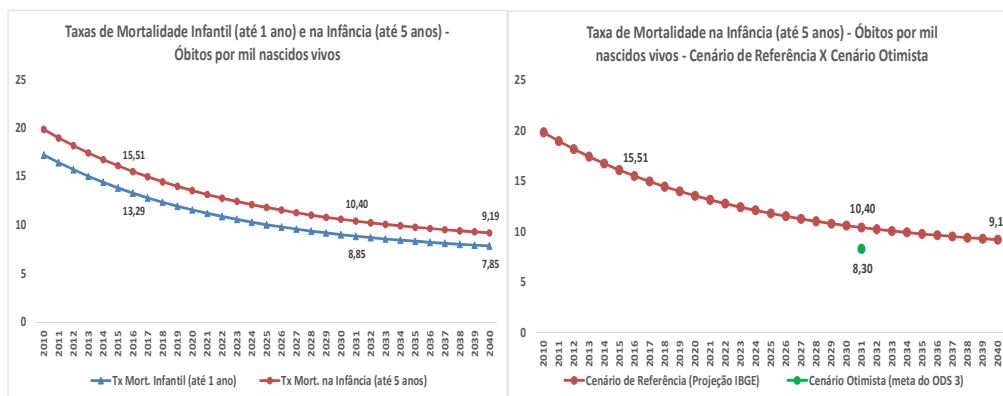
A estimativa para o cenário de referência tem como fonte a última Tábua de Mortalidade 2010-2060, publicada pelo IBGE na 2ª edição da revisão 2018 das Projeções da População, em 23/05/2019. Para 2016, a taxa de mortalidade na infância foi estimada em 15,51 óbitos por mil nascidos vivos. Para 2031 a projeção é de 10,40. Para o cenário transformador foi adotada a meta prevista na publicação do IPEA referente à adequação nacional da Agenda 2030 - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A meta 3.2. prevê uma redução anual de 4,2% na taxa de mortalidade na infância até 2030, quando chegaria a 8,3 óbitos por mil nascidos vivos.

Gráfico 06. Taxas de mortalidade infantil e na infância, 2010-2040

⁷ SVS/MS; SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def> e <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>. Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados da UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation (UNICEF, WHO, World Bank, UN DESA Population Division) at childmortality.org, disponíveis em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SH.DYN.MORT>>.

⁸ Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>.

⁹ Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>.



Fonte: Elaboração Disoc/IPEA, 2019

ii.v. Esperança de Vida ao Nascer

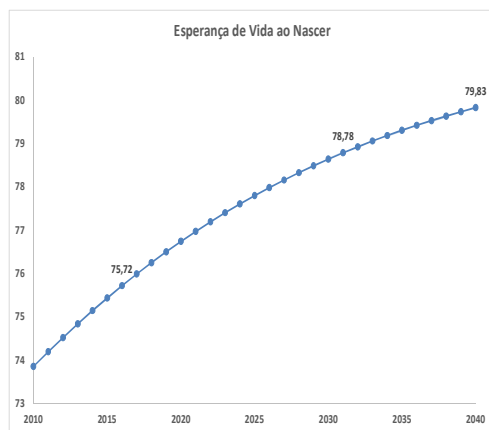
Índice-chave	Valor	Unidade	Ano	Fonte	Cenário de referência	Cenário transformador
Esperança de vida ao nascer ¹⁰	76	Anos	2017	IBGE	78,78	

O aumento da esperança de vida ao nascer é utilizado como parâmetro de melhoria das condições de vida e de saúde da população. A partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, toma-se o número correspondente a uma geração inicial de nascimentos (I0) e determina-se o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração (T0) até a idade limite. A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T0 por I0.

A estimativa proposta para ambos cenários tem como fonte a última Tábua de Mortalidade 2010-2060, publicada pelo IBGE na 2ª edição da revisão 2018 das Projeções da População, em 23/05/2019. Além do IBGE, outros estudos apontam valores bastante similares da projeção de expectativa de vida em 2030 no país como o relatório *World Population Prospects 2019* (Nações Unidas, 2019) e estudos realizados no IPEA como o livro *Novo regime demográfico* (Camarano, 2014). A projeção de uma meta distinta da tendência já observada a partir de diferentes metodologias e estudos não parece razoável para o caso deste índice.

Gráfico 07. Esperança de vida ao nascer, 2010-2040

¹⁰ IBGE. Projeções da população – Brasil e unidades da federação: revisão 2019. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2019/projecoes_2019_indicadores.xls. Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados da *United Nations Population Division. World Population Prospects: 2019*. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Mortality/>



Fonte: Elaboração Disoc/IPEA, 2019

Para comparar a estimativa da expectativa de vida ao nascer em 2031 da tábua de mortalidade calculada pelo IBGE, extraímos alguns indicadores do ano de 2015 do site da OMS (ver fonte da tabela 3). O PIB per capita brasileiro (PPP) de 2015, de US\$ 15.615 foi corrigido em 46,4%, resultado de uma taxa anual de crescimento do PIB de 4,0% ano entre 2021 e 2031 (aumento de 3,4% ao ano no PIB per capita), conforme memória de cálculo na tabela 2

Fonte: Elaboração DISOC/Ipea, 2019

Tabela 2 – Estimativa do PIB per capita no cenário transformador

PIB (PPP per capita) - NHA-WHO 2015 (A)	15.615
Taxa de crescimento do PIB 2019-2031 no cenário transformador (B)	46,4
PIB (PPP per capita) 2031 $[A \times (B + 1)] = C$	22.860
C + 10%	25.146
C - 10%	20.574

A tabela 3 apresenta uma comparação dos indicadores de expectativa de vida brasileira com as dos países com mais de 15 milhões de habitantes e que tenham em 2015 um valor de PIB per capita aproximadamente 10% acima ou abaixo do valor que o Brasil atingiria em 2031 com as taxas de crescimento utilizadas no cenário transformador. A expectativa de vida ao nascer estimada para o Brasil para 2031 pelo IBGE, de 78,78 anos, já é superior à atual de quatro dos cinco países apresentados na tabela 2, e muito próxima à do Chile, de 79,4 anos.

Tabela 3 – Expectativa de vida, PIB, população e taxas de mortalidade, 2015, países selecionados

País	Expectativa de vida ao nascer	Expectativa de vida aos 60 anos	PIB (PPP per capita)	População (em mil)	Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)	Taxa de Mortalidade Materna (por 1.000 partos)	Taxa de Mortalidade Infantil (menores de 5 anos)
Brasil	74,9	21,5	15.615	205.962	47	44	52
Chile	79,4	23,3	23.579	17.763	2	22	2
Casaquistão	70,6	17,5	23.279	17.750	5	12	6
Romenia	74,9	19,9	22.009	19.871	2	31	2
Rússia	71,5	19,3	25.419	143.888	16	25	19
Turquia	76,1	21,1	24.066	78.271	16	16	19

Fonte: WHO, NHA 2015, disponível em <<https://www.who.int/gho/countries/en/>>.

Um elemento adicional que deve ser considerado é o teto de gastos, cuja regra de crescimento das despesas, pelo IPCA, não incorporará o crescimento do PIB, seja de 2% ou 3,3% ao ano, de forma que os recursos para financiamento das políticas sociais, e da saúde em particular, ficarão congelados, e não poderão ser ampliados até 2036 (EC 95).

ii.vi. Taxa de homicídio

Índice-chave	Valor	Unidade	Ano	Fonte	Cenário de referência	Cenário transformador
Taxa de homicídio ¹¹	30,4	Homicídios por 100 mil habitantes	2016	MS e IBGE	Redução de 1% a.a.	Redução de 3,5% a.a.

A Taxa de homicídio (por 100 mil habitantes) é calculada a partir do número de homicídios por número de habitantes (n° de homicídios/ n° de habitantes*100.000) para cada ano e unidade territorial. O número de homicídios é obtido com base nos óbitos por causas externas do Datasus¹² e o número de habitantes com base nas estimativas populacionais do IBGE¹³.

A meta estipulada pelo Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2018-2028) prevê que para "reduzir os índices de criminalidade – particularmente as taxas de mortalidade violenta e de violência contra crianças em cerca de 3,5% ao ano –, o Brasil precisa atuar de forma incisiva no combate ao crime organizado, aos fluxos de sua alimentação, dentre os quais o comércio ilegal de mercadorias e a corrupção. De fato, será somente mediante o atingimento de metas que se mostrem capazes de reverter, de forma significativa, a tendência e aceleração da curva de homicídios que o Brasil se mostrará capaz de garantir igualdade de acesso à justiça e segurança para todos os cidadãos, e promover a paz social, objetivos apenas alcançáveis por intermédio de ações enérgicas, mas sobretudo técnicas, levadas a efeito por instituições transparentes, responsáveis, eficientes e integradas".

No cenário transformador, o I Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social atingiria seus 11 objetivos principais, traduzidos em macroestratégias e em programas específicos de

¹¹ Coordenação-Geral de Informações de Análises Epidemiológicas (CGIAE) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS); Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e IBGE – estimativas de população. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/def-tohtm.exe?sim/cnv/ext10uf.def> e <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados da United Nations Office on Drugs and Crime disponíveis em: <http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/crime-and-criminal-justice.html>.

¹² Dados disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/def-tohtm.exe?sim/cnv/ext10uf.def>. Selecionar os anos disponíveis, marcar "ano do óbito" na coluna e selecionar o grande grupo CID10 X85-Y09 Agressões e Y35-Y36 Intervenções legais e operações de guerra.

¹³Dados disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Selecionar os anos e a unidade territorial.

prevenção (policial e social), de repressão qualificada e em mecanismos de pactuação, coordenação e indução de ações que serão estimuladas pelo Governo Federal e fomentadas por meio do cofinanciamento da política de segurança e da mudança (que se pretende radical) da estrutura de governança da política nacional, a ser complementada e integrada pelas unidades da Federação por meio de planos locais de segurança pública e defesa social.

No cenário de referência, a redução da taxa de homicídios apenas acompanharia as transformações demográficas previstas nas estimativas populacionais do IBGE, tendo em vista que a proporção de homens jovens na população total correlaciona-se fortemente com a quantidade de homicídios e encontra-se em declínio, desde 2018.

ii.vi. Índice de Gini e Proporção da população abaixo da linha de pobreza

Índice-chave	Valor	Unidade	Ano	Fonte	Cenário de referência	Cenário transformador
Índice de Gini ¹⁴	0,543	Índice	2019	PNADC/IBGE	0,528	0,509
Proporção da população abaixo da linha de pobreza ¹⁵	7,8	%	2019	PNADC/IBGE	6,2	4,7

O Índice de Gini é uma medida da desigualdade de renda da população, calculado a partir da renda domiciliar *per capita*. Quanto mais próximo de um, maior é a concentração da renda nas mãos de poucas pessoas.

Para a pobreza, tomou-se como base o critério de elegibilidade utilizado pelo Programa Bolsa Família definido pelo Decreto Nº 9.396, de 30 de maio de 2018, segundo o qual define-se as famílias em situação de pobreza aquelas caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 178,00.

Para a elaboração de ambos os cenários, incorporou-se o efeito potencial do crescimento da economia sobre as camadas mais pobres da população, tomando como base a relação entre o crescimento médio da renda domiciliar *per capita* observado nos últimos anos e o crescimento da renda domiciliar *per capita* por vigésimos de renda da população. Em ambos os cenários, incorporou-se também os efeitos decorrentes de uma mudança na estrutura etária da população até 2031 nos arranjos familiares. Segundo projeções do IBGE¹⁶, o percentual de idosos na população deve aumentar de 9,5% em 2019 para 13,9% em 2031. Isso significa que a proporção de domicílios com crianças deve diminuir em relação ao total de domicílios, e o contrário deve ocorrer com domicílios compostos somente por adultos e idosos. Como essas

¹⁴ Calculado a partir do plano tabular do rendimento de todas as fontes da PNAD Contínua do IBGE. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Rendimento_de_Todas_as_Fontes_2017/PNAD_Continua_2017_Rendimento_de_Todas_as_Fontes.xls. Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados do Banco Mundial, disponíveis em <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/all-ginis-dataset> e <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/world-all-ginis-1950-2012>.

¹⁵Síntese de indicadores sociais/IBGE. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2017/xls/.

¹⁶ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>

alterações não são neutras do ponto de vista distributivo, espera-se uma queda na desigualdade e na pobreza decorrente de mudanças demográficas dessa natureza.

Além dos elementos listados acima, a elaboração dos cenários contou com a adoção de algumas hipóteses a respeito das políticas públicas de transferência de renda e reformas redistributivas no campo da tributação. No cenário de referência, considerou-se que a continuidade das políticas atuais de combate à pobreza aliado a reformas redistributivas pontuais devem levar a uma redistribuição da renda total de no máximo 1,5% até 2031. No cenário transformador, considerou-se que uma expansão do orçamento dedicado a políticas de combate à pobreza aliado a um conjunto de melhorias educacionais podem resultar em uma redistribuição de até 5% da renda total até 2031.

Assim, a metodologia adotada para definir o cenário de referência tomou como base os seguintes pressupostos:

- Crescimento real da renda total de -4,7% em 2020¹⁷ e 2,2% ao ano a partir de 2021;
- Crescimento populacional dado pelas projeções populacionais do IBGE para o cálculo da renda *per capita*;
- Reprodução do padrão de crescimento da renda domiciliar *per capita* por vigésimos de renda observado no período 2012-2019 em relação ao crescimento da renda domiciliar *per capita* média;
- Estrutura etária da população brasileira em 2031 definida pelas projeções do IBGE;
- Redistribuição cumulativa adicional de 1,5% da renda total sob a forma de melhorias educacionais e políticas de transferência de renda.

E para o cenário transformador foram considerados:

- Crescimento real da renda total de -4,7% em 2020 e 3,5% ao ano a partir de 2021;
- Crescimento populacional dado pelas projeções populacionais do IBGE para o cálculo da renda *per capita*;
- Reprodução do padrão de crescimento da renda domiciliar *per capita* por vigésimos de renda observado no período 2012-2019 em relação ao crescimento da renda domiciliar *per capita* média;
- Estrutura etária da população brasileira em 2031 definida pelas projeções do IBGE;
- Redistribuição cumulativa adicional de 5% da renda total sob a forma de melhorias educacionais e políticas de transferência de renda.

¹⁷ Boletim Macrofiscal de maio de 2020 (<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/boletim-macrofiscal>).